

P - Identificação e Caracterização de Tombamentos

Embora a atividade de produção e escoamento de gás natural e petróleo na área abrangida pelo Bloco BC-20 na Bacia de Campos não represente danos ao patrimônio histórico e arqueológico da Área de Influência da atividade, uma vez que a maioria dos sítios arqueológicos identificados na região e cadastrados junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) encontra-se em território continental, há indicação de localização de alguns sítios em áreas litorâneas que devem ser considerados sob o aspecto do risco de acidente – caracterizado pelo toque de óleo – caso nenhuma medida seja executada para evitar a aproximação e eventual contaminação da costa.

a) Ocupação Pré-histórica

As primeiras ocupações registradas para a região, de acordo com estudos de Beltrão (1978) e Mendonça de Souza (1981, 1983, 1995), remontam a grupos de caçadores-coletores generalizados, cujos principais vestígios são os artefatos lascados de quartzo hialino, encontrados no interior do estado do Rio de Janeiro. A pesquisa desses grupos ainda é reduzida na região, mas o norte do estado tem apresentado vestígios de ocupações, em sítios onde foram localizados artefatos lascados, que podem ser associados a grupos do estágio Paleoíndio, com uma cronologia em torno dos 11.000 anos A.P.¹. Para sítios desses grupos, mencionam-se as pesquisas de Dias Jr. (Gaspar, 2000).

Na área do litoral registra-se a ocupação mais antiga, em torno de 8.000 anos A.P., em sítios do tipo sambaqui, que são elevações artificiais, com altitude variando entre 2 metros e 25 metros de altura, construídas por pescadores-coletores-caçadores e constituídas por inúmeras camadas formadas, principalmente, por conchas de moluscos, bem como por ossos de peixes, mamíferos, aves e répteis, sementes e coquinhos, sepulturas humanas, restos de fogueira, marcas de habitação e, por vezes, artefatos líticos e ósseos, adornos e esculturas, como os sambaquis encontrados, por exemplo, em Cabo Frio, Armação dos Búzios e Arraial do Cabo. Essas elevações eram utilizadas por

¹ A.P. Termo utilizado para datação e significa “Antes do Presente”.

estes grupos não apenas como moradia, mas também, para enterramento dos mortos. Em regiões litorâneas, os sambaquis, do tupi *tamba* (marisco) e *ki* (amontoado), geralmente estão localizados em áreas próximas ao mar, dunas, restingas e mangues, além de eventualmente localizarem-se em ilhas (Gaspar, 2007, 2004). Em Mendonça de Souza (1993) é citada a existência de sambaquis fluviais, desde a desembocadura do rio Itabapoana, na divisa do município de São Francisco de Itabapoana com Presidente Kennedy, no estado do Espírito Santo, penetrando por sua calha, mesmo em áreas distantes do mar, em água doce.

Para a ocupação dos sambaquieiros, denominação dada aos construtores de sambaquis (Gaspar, 2007), foi identificada a fase Macaé (Gaspar, 2000) que dispõe de datações entre de 7830 ± 130 e 3975 ± 160 A.P., sendo que essa fase teria uma expansão limitada entre o litoral do Rio de Janeiro e São Paulo. Esses grupos estariam assentados em áreas de mangues, restingas, dunas e praias, apresentando uma dieta voltada para o consumo de moluscos.

No município de Cabo Frio, por exemplo, existem diversos sambaquis cadastrados pelo IPHAN, como o Sambaqui Ilha da Boa Vista I, com 42 metros de diâmetro e 2,10 metros de altura, que se localiza na planície alagada entre os rios Una e São João (Barbosa, 2000). A datação deste sambaqui, que serviu como moradia de pescadores-coletores-caçadores, remonta a 3.480 anos A.P. Nesta mesma área, encontram-se mais três sítios: Boa Vista II, III e IV. Outro que merece destaque é o Sambaqui do Forte (Gaspar, 1996), localizado na praia de mesmo nome, próximo ao canal do Itajuru.

Segundo levantamentos bibliográficos e cadastrais feitos por Gaspar (1996), foram identificados 64 sambaquis na área que abrange a bacia hidrográfica dos rios São João, Una e a Lagoa de Araruama, todos localizados exclusivamente na faixa litorânea, sendo 15 totalmente destruídos, 11 parcialmente destruídos, 17 ainda intactos, cinco pouco alterados e em 16 não foi possível verificar o estado de conservação. Esta área engloba os municípios de Casimiro de Abreu, Cabo Frio e Armação dos Búzios, entre outros. Também foram registrados sítios do tipo sambaqui em outros municípios litorâneos do estado do Rio de Janeiro, como Paraty.

É importante ressaltar que os sambaquieiros foram o grupo que produziu a maior quantidade e diversidade de vestígios de sua existência, visto que

ocupavam por longos períodos a mesma localidade, além de terem o costume de acumular restos faunísticos usados na sua alimentação e que eram utilizados como material construtivo, de acordo com Gaspar (2000). Entretanto, boa parte destes vestígios foi destruída em decorrência da exploração de cal utilizada para a construção imobiliária, desde os tempos da colonização europeia.

A ocupação que sucede aos sambaquieiros é a chamada Tradição Itaipu, em suas duas divisões, chamadas de fase A e fase B, apresentando sítios de ocupação de ambientes dunares, com uma dieta voltada para o consumo de peixes (Gaspar, 2000) e uma ênfase maior na coleta de vegetais, além da caça e da pesca serem mais diversificadas (Seda, 2001). Segundo este autor, essas populações são chamadas de coletores-pescadores generalizados. A característica mais marcante desses grupos foi o desenvolvimento de instrumentos em carapaças de moluscos, na confecção de facas, raspadores, etc.

Os sítios da fase A são localizados na beira de mangues e lagoas de pouco movimento, mais interioranos, com ênfase na coleta de moluscos. Os sítios da fase B, mais recente, localizam-se em áreas de praias de mar aberto, fixando-se sobre dunas estáveis, com dimensões variáveis e a economia destes grupos era voltada, principalmente, para a pesca. Seu assentamento preferencial está relacionado ao final de longas praias, onde a curvatura do litoral é mais acentuada.

Gaspar (*op cit.*) considera um fator importante para ocorrência desses sítios a existência de lagoas que contam com mangues nas proximidades, em especial onde a arrebentação é menos violenta. Nas camadas superiores desses sítios pode ser observada a presença de material cerâmico, mas não há nenhuma relação estabelecida. De acordo com Gaspar, esses grupos podem ter desenvolvido uma forma de cultivo incipiente de vegetação associada a essas lagoas. As datações para essa fase se situam por volta de 4.000 A.P. (Seda, 2001).

A ocupação subsequente é chamada de Horizonte Horticultor, com a chegada de grupos detentores de tecnologia cerâmica e domesticação de vegetais, que era a base da subsistência desses grupos. O primeiro assentamento que chegou a esta área e foi registrado nesse horizonte é conhecido como Tradição Una, formado por sítios de pequenas dimensões e classificados como pequenas

aldeias. Sua cronologia varia entre 4.000 e 3.500 anos A.P., até a chegada do elemento europeu na região. Existem relatos da ocorrência de grupos dessa tradição na serra fluminense até o século XVIII (Seda, 2001).

Esses grupos se assentaram no interior e no litoral, como os sítios localizados principalmente em Cabo Frio (Kneip, 1981). São caracterizados por uma ocupação mais sedentária e uma horticultura incipiente. Identificada originalmente por Gaspar (2000), essa tradição é composta pelas fases Urural, Mucuri, Ipuca, no Rio de Janeiro, onde foram localizados restos de tubérculos em sítios arqueológicos e fases Jucu e Tangui, no Espírito Santo (Perota, 1969 e 1974). O estudo dessas populações indicou um alto consumo de carboidratos, cáries e desgaste dentário (Seda, 2001).

Essas ocupações podem ser divididas em dois padrões: para o interior, os sítios, em sua maioria, ocupavam abrigos sob-rocha, e no litoral eram caracterizados por aldeias a céu aberto. A cerâmica apareceu pouco depois da horticultura. Era uma cerâmica marcada por vasilhames de pequenas e médias dimensões, de contornos simples e, eventualmente, carenados. Seu antiplástico predominante era mineral (areia, quartzo, etc.), apresentando casos onde se utilizava carvão e cinzas. A superfície era predominantemente simples, com o tratamento entre bem alisada e polida, com raros casos em que se observa a decoração plástica. Além do material cerâmico, esta tradição possuía uma indústria de artefatos em osso e concha bem marcados, além de artefatos líticos lascados e polidos, como lâminas de machado polido em diabásio, percutores em granito e diabásio, quebra-cocos, moedores e alisadores em gnaisse (Gaspar, 1996).

No que tange a indústria lítica, de acordo com Prous (2006), artefatos em pedra são raríssimos e atípicos no litoral carioca. Os instrumentos mais comumente encontrados são pequenas lascas cortantes de quartzo, ágata ou calcedônia. Também são encontradas lascas de lâminas polidas em basalto, diabásio ou anfíbolito. Alguns pequenos seixos ovóides e polidos eram usados provavelmente para o alisamento da cerâmica antes da queima. Plaquetas de arenito ou gnaisse apresentam facetas de polimento que resultam da ação do polidor manual na fabricação de lâminas, ou canaletas, quando foram usadas

como calibradores para objetos cilíndricos. Os objetos polidos são lâminas de machado, de forma trapezoidal e achatada, bem como cinzéis.

Quando da chegada dos colonizadores europeus, a Tradição Tupiguarani ocupava boa parte do território nacional. A origem dessa tradição é, possivelmente, na região amazônica, há cerca de 5.000 anos A.P., chegando ao Rio Grande do Sul há 1.220 anos A.P. (Seda, 2001). A cerâmica destes grupos é extremamente decorada, apresentando pintura policroma e padrões geométricos. Os sítios seguem o padrão de aldeias a céu aberto e os enterramentos eram primários ou secundários e a alimentação desses grupos baseava-se no cultivo da mandioca. No litoral do Rio de Janeiro são conhecidas três fases dessa tradição: as Fases Guaratiba (970 ±100), Sernambetiba e Itabapoana.

É possível afirmar, portanto, que o litoral do estado do Rio de Janeiro foi palco de um desenvolvimento cultural intenso.

b) Ocupação Histórica

Como a Arqueologia está preocupada em recuperar e entender as formas sociais que o homem desenvolveu em seu passado, as formas sociais históricas que ocorrem na Área de Influência da atividade, espelhadas na cultura material remanescente, também fazem parte do presente estudo.

O processo de ocupação colonial da região sul do Estado do Espírito Santo data de meados do século XVI, com a chegada do padre José de Anchieta, que viajava junto à comitiva do Governador Geral Mem de Sá, com a missão de fundar o quarto e último aldeamento em terras capixabas, em 1569. Em 1585, o padre Anchieta inaugurou, no alto de uma colina, uma capela dedicada à Sant'Ana fundando, assim, a Aldeia do Rio Verde ou de Santa Maria de Guaraparim, que recebeu, posteriormente, os nomes: Vila dos Jesuítas, Goaraparim, Guaraparim e, finalmente, Guarapari, um vocábulo de origem Tupi derivado de *guará*, garça, ave (Íbis-rubra, nasce branca, fica acinzentada, torna a embranquecer e, por fim sua coloração é vermelho carmesim) e *parim* ou *pari*, laço ou armadilha para capturar peixes.

Em 1677, foi edificada uma igreja dedicada a Nossa Senhora da Conceição, visto que a capela estava arruinada. Esta igreja nunca chegou a ser totalmente

construída, pois sofreu um incêndio. A ruína da Igreja tornou-se Patrimônio Histórico, tombada pelo CEC (Conselho Estadual de Cultura).

Guarapari foi elevada à categoria de Vila em 1679. A Lei Provincial de 1835, criou a Comarca de Guarapari, que compreendia o Rio Itapemirim, Benevente e Guarapari. A inauguração do serviço de telégrafo na região em 1888 acabou por influenciar a emancipação política da Comarca e, em 1891, Guarapari foi elevada à categoria de cidade.

Até o início do século XX, a economia de Guarapari era centrada basicamente no porto, de bastante movimento. Entretanto, com a ligação rodoviária até a capital, Vitória, o movimento do porto foi diminuindo até praticamente desaparecer. Neste momento, a economia local mudou drasticamente, com o início do desenvolvimento turístico de Guarapari.

A região onde hoje se encontra o município de Piúma era habitada por índios Puri e, com a chegada do padre Anchieta, a região passou a ser denominada Aldeia dos Índios Puris. Em 1883, a região foi elevada à categoria de Vila, denominada Nossa Senhora da Conceição de Piúma. Finalmente, em 1963, Piúma foi elevada à condição de município. O nome do município deriva do vocábulo tupi *Pi'uma*, que significa "pele negra".

No final do século XVII, a região do Baixo Itapemirim era habitada por índios Goitacá, que foram posteriormente aproveitados pelos primeiros colonos da região no cultivo de cana-de-açúcar. Os padres da Companhia de Jesus construíram no centro da planície próxima ao rio Itabapoana uma igreja dedicada à Nossa Senhora das Neves, da Muribeca (*muru-pecu* - "mantimento farto"). A colonização da região deveu-se à crença de que havia ouro em profusão nas "minas do castelo". Em princípios de 1700, a fazenda e o engenho fundados pela família Freitas Bueno Caxanga, na zona do Tramirim indígena, nas imediações do porto fluvial, ainda hoje conhecido por "porto do Caxanga", deu início ao povoado "do Caxanga", mais tarde, a atual Cidade de Itapemirim. Posteriormente, o engenho já existente foi ampliado, além da fundação de outro, denominado Belo, além de ter sido edificada uma capela à Nossa Senhora do Patrocínio, que serviu de matriz à freguesia, depois Vila, de 1769 até 1825. Em 1855 foi construída a nova matriz, de Nossa Senhora do Amparo.

A partir deste núcleo, localizado no Baixo Itapemirim, surgiu o porto marítimo da cidade. A Vila de Nossa Senhora do Patrocínio teve seu nome alterado para Itapemirim em 1815. A origem do nome Itapemirim, dado ao rio e depois à Vila, hoje cidade, prende-se à presença constante de pontões da cadeia da Mantiqueira. Destacam-se, ali o imponente Itabira e, um pouco a nordeste, os picos do Frade e da Freira, sugerindo na mente dos primitivos habitantes a ideia de pedra, *ita*, e assim, a cachoeira formada pelo leito rochoso do rio, *pe* - caminho -, o trajeto a, percorrer por via terrestre, e *mirim*, a pequena extensão do caminho até a curva do rio.

Já o processo de ocupação colonial do litoral fluminense remonta às primeiras tentativas de estabelecimento de benfeitorias coloniais, como é o caso de Vila da Rainha, uma das primeiras cidades fundadas na região, erguida em 1536, às margens rio Itabapoana, por Pero Góis, donatário da Capitania de São Tomé, também conhecida como Capitania de Paraíba do Sul. A cidade foi destruída duas vezes pelos índios Goitacá. Sua localização exata foi recentemente identificada por pesquisadores do Museu Nacional do Rio de Janeiro (Albuquerque, 2009)², no território do atual município de São Francisco do Itabapoana, através de pesquisas realizadas durante a construção da usina Pedra do Garrafão.

De acordo com os jesuítas, que os apelidaram de “tigres humanos”, devido à sua ferocidade, os Goitacá eram considerados índios diferentes das demais tribos encontradas no Brasil, com linguagem, costumes e até mesmo compleição física distintos. Por não se miscigenarem com outras tribos, não deixaram vestígios, além de raros sambaquis.

Em 1652, com a instalação do primeiro engenho açucareiro no município de Campos dos Goytacazes, grandes fazendas foram estabelecidas na região com a implantação do ciclo da cana-de-açúcar, criando um grande patrimônio histórico a ser observado. Entretanto, muitas dessas construções não chegaram aos dias atuais intactas, o que demandaria uma atenção de trabalhos arqueológicos. Soma-se a isso outras formas de construções que existiram tanto nas fazendas, como nas pequenas cidades, que remontam aos habitantes mais antigos da região, possibilitando reconstituir o processo ocupacional da área.

² Retirado do artigo do jornal O Globo, Semente da colonização: um dos primeiros povoados do Brasil, Vila da Rainha, vai virar parque arqueológico. 19 de setembro de 2009.

A partir desse ciclo econômico, um fato importante que marca uma nova forma de vestígios foi a importação intensa de escravos da África, tornando essa região uma das mais ricas do estado, graças ao tráfico negreiro, que perdurou mesmo com a proibição inglesa. Grandes fortunas foram feitas com essa atividade, impulsionando a economia da região.

Com o desenvolvimento econômico, cresceu o número de escravos na área e, com isso, as construções destinadas a abrigá-los. Tem-se registrado a ocorrência de senzalas e pelourinhos, bem como outras construções por toda a região (Mendonça de Souza, 1993). O município de Rio das Ostras, por exemplo, era rota obrigatória e entreposto comercial de escravos entre os municípios de Macaé e Cabo Frio, onde desembarcavam na praia do Perú, de acordo com documentos do século XIX (Fonseca Jr, 2004). Em Cabo Frio, na entrada da barra do rio Itajuru, de acordo com Almeida Lima (1998), constatou-se a existência de barracões com utensílios próprios para navios destinados ao tráfico de escravos.

De acordo com registros do século XVIII, foram documentadas diversas fugas de escravos para quilombos da região. Os quilombolas refugiavam-se nos sertões, longe da foz do rio São João, localizado entre os municípios de Casimiro de Abreu e Cabo Frio, visto que a área era fortemente vigiada pelas autoridades. Outro quilombo detectado na região localizava-se na praia Rasa, em Armação dos Búzios. Nas matas da região de Macaé localizava-se o Quilombo dos Três Picos ou Quilombo de Santo Antônio do Ouro, segundo documentos da época (Almeida Lima, 1998).

Com a proibição do tráfico de escravos, o contrabando tornou-se constante por toda a Província do Rio de Janeiro, principalmente no litoral norte fluminense, onde as enseadas propiciavam aos comerciantes ilegais um esconderijo perfeito das autoridades. Documentos da época relatavam esse tipo de ocorrência nos arredores de Cabo Frio, Macaé e São João da Barra (Almeida Lima, 1998).

Em relação ao litoral sul do Rio de Janeiro, entre 1600 e 1750 a presença da população branca era relativamente pequena e a agricultura de subsistência predominava na região. A demanda populacional era tanta que o trecho entre Santos e o Rio de Janeiro era intencionalmente ocupado por iniciativa do Governo para garantir a posse da região. Nesse contexto, o surgimento da cultura caiçara

resultou do cruzamento da cultura indígena com a dos colonizadores e dos escravos. Inicialmente, os povoados surgiram nos fundos de baías, sendo as ilhas mais ocupadas que o continente.

No início do século XVIII, as consequências da descoberta de ouro em Minas Gerais e Goiás passaram a afetar a região, que viu aumentar o tráfico de escravos africanos e a circulação de mercadorias pelo litoral e pelo interior. Nesta época surgiu o famoso "Caminho Novo", estrada construída a mando do Rei de Portugal, que fazia a ligação entre São Paulo e o interior da Minas Gerais, ligando estas regiões ao Rio de Janeiro e evitando assim o percurso marítimo antigo, via entreposto de Angra dos Reis e Paraty, área constantemente atacada por piratas e corsários ávidos por ouro e diamantes. Esta via possuía uma ligação direta com Angra dos Reis, através de Lídice e Rio Claro, impulsionando assim a prosperidade da região.

c) A Arqueologia Regional

A região sudeste é alvo de pesquisas arqueológicas sistemáticas desde a segunda metade do século passado que, em sua maioria, estudavam sítios arqueológicos isolados. Devido a esse tipo de abordagem, os dados disponíveis, embora frutos de um elevado volume de publicações, muitas vezes mostram-se incompletos, dificultando o delineamento de um quadro regional mais amplo. Para traçar um quadro da arqueologia regional na Área de Influência da atividade, a região em estudo encontra-se restrita ao sul do Estado do Espírito Santo e ao litoral fluminense.

As ocupações do período pré-histórico, de um modo geral, podem ser colocadas como iniciando em torno de ± 10.000 A.P., com datas variando entre 6.000 e 1.000 anos A.P. para os grupos que posteriormente ocuparam a faixa litorânea (Gaspar, 2000), seguindo-se pela presença de grupos horticultores-ceramistas Tupiguarani, que se instalaram na região entre 1.800 e 1.000 anos A.P., de acordo com datações arqueológicas de cerâmica associada a estes grupos (Fausto, 2005), chegando aos grupos indígenas que entraram em contato com os colonizadores europeus. Entre esses grupos, deve-se destacar o papel de índios como os Goitacá, que mesmo com um contato intenso com o colonizador

européu, através das sucessivas batalhas travadas, optou por permanecer com o seu padrão cultural, culminando, de acordo com alguns autores, na sua união com o grupo Puri.

A ocupação dos Tupiguarani, segundo Prous (2006), foi extremamente densa em determinadas áreas, como a Baía da Guanabara, de onde tinham expulsado ou absorvido populações anteriores. Em outras regiões do Brasil, dominavam os baixos vales dos rios principais e o litoral, enquanto que as zonas acidentadas eram ocupadas por populações arredias.

No que diz respeito ao período histórico, têm-se dois tipos de sítios que devem ser observados. O primeiro tipo são sítios que possuem remanescentes da vida cotidiana dos grupos de colonizadores europeus que aqui chegaram. O segundo tipo representa os sítios de origem da etnia negra, resultado tanto do sistema escravista (senzalas, cemitérios, muros etc.), quanto dos movimentos de revolta desses escravos (quilombos e outros assentamentos).

Para a descrição do panorama arqueológico da região, foi feito um levantamento com base no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), com o objetivo de identificar cada sítio da Área de Influência da atividade.

Na região estudada foram encontrados, de acordo com o CNSA, 223 sítios arqueológicos em área continental. No Espírito Santo, os sítios estão concentrados nos municípios de Guarapari (01), Piúma (02) e Itapemirim (02). No Rio de Janeiro, concentram-se em Quissamã (01), Macaé (14), Rio das Ostras (01), Casimiro de Abreu (4), Cabo Frio (100), Armação dos Búzios (11), Arraial do Cabo (25) e Paraty (62) (IPHAN, 2011).

Para montar um quadro que expusesse o panorama arqueológico da área em questão, foi feito um levantamento, com base no CNSA do IPHAN, que identificasse a natureza de cada sítio, mas que mantivesse o foco na faixa litorânea, delineando não somente o contexto arqueológico, mas identificando os sítios que pudessem estar próximos de águas marítimas e passíveis de serem atingidos por um eventual derramamento de óleo ou acidentes similares.

Para a definição da localização dos sítios, partiu-se do princípio de que a faixa litorânea é formada pelo cordão de praia e pelo ecossistema de transição, ou seja, mangues ou áreas de restinga, sujeitas em maior ou menor grau à

influência das marés. Os sítios arqueológicos localizados fora dessa faixa de ação e sem contato com o mar não sofrem nenhum tipo de ameaça que possa ser ocasionada por essa atividade, mesmo que estejam inseridos no território dos municípios relacionados à atividade.

Do total de sítios arqueológicos contabilizados (223), aproximadamente 66% se encontram na faixa litorânea. Esse percentual é aproximado, uma vez que muitos registros não especificam a distância dos sítios em relação à costa ou apresentam dados considerados subjetivos em relação ao contexto no qual os sítios estão inseridos. Sendo assim, esse percentual representa apenas a parcela de sítios com registros que contemplam essa informação, sendo que esse número poderia aumentar caso fosse feito um trabalho específico com a finalidade de posicionar os sítios arqueológicos listados em relação ao contexto litorâneo em foco.

Uma parcela considerável dos sítios identificados próximos ao litoral se enquadra na categoria pré-histórico ou pré-colonial, predominando os do tipo sambaqui.

No município de Guarapari o único sítio registrado situa-se em região limítrofe entre uma restinga e um manguezal, caracterizando-se como um sítio cerâmico da Tradição Tupiguarani. Em Piúma, não existe informação sobre a localização dos sítios cadastrados, assim como em Rio das Ostras. Em Itapemirim, 50% dos sítios arqueológicos cadastrados pelo IPHAN estão situados em área litorânea. Isso também pode ser considerado para Quissamã (100%), Macaé (30%), Casimiro de Abreu (75%), Cabo Frio (50%), Armação dos Búzios (70%), Arraial do Cabo (72%) e Paraty (46%).

Alguns destes sítios listados na faixa litorânea estão localizados ou estão muito próximos do cordão de praia. Em Itapemirim, no Espírito Santo, o único sítio registrado, que apresenta artefatos cerâmicos, encontra-se parcialmente destruído devido ao movimento das marés.

Em Macaé, por exemplo, o sítio da Ilha de Santana, que apresenta estruturas funerárias e material lítico lascado, foi encontrado à beira-mar, junto a uma estrada.

Em Cabo Frio, o sítio Duna da Boa Vista está localizado a 500 metros do Forte de São Mateus, no cordão arenoso de dunas, em meio à vegetação de restinga, a poucos metros da linha d'água. Apresenta artefatos em material lítico

polido e lascado e estruturas funerárias. Neste mesmo município, entre o Canal de Itajuru e o mar se encontra o sítio Fortaleza Inglesa, com vestígios de construção histórica.

Em Armação dos Búzios, o sítio Barracuda apresenta material cerâmico da Tradição Tupiguarani, bem como ossos humanos e se encontra tão próximo da água que sofre as consequências da erosão marinha. O mesmo ocorre com o sítio do Ouriço, que apresenta estruturas funerárias e material lítico lascado. Ainda nesse município, o sítio Dunas da Casa do Sr. Abel está localizado nas dunas que se estendem por todo o canto esquerdo da praia de Geribá e apresenta vestígios de estruturas funerárias, bem como material lítico lascado e polido.

Em Arraial do Cabo, o sítio da Prainha, que apresenta vestígios cerâmicos e de material lítico lascado, bem como estruturas funerárias, localiza-se sob uma duna e é atingido pela maré alta. (IPHAN, 2011).

d) Caracterização de Tombamentos

Em que pese às Unidades de Conservação da Natureza presentes na região estudada, de acordo com o item A. Unidades de Conservação, do Meio Biótico deste estudo, foram identificadas, nos municípios que compõem a Área de Influência da atividade, cinco Unidades de Conservação Federais, sendo duas de Proteção Integral - o Parque Nacional (PN) da Restinga de Jurubatiba, entre os municípios de Macaé, Quissamã e Carapebus, e o Parque Nacional (PN) da Serra da Bocaina, entre Angra dos Reis e Paraty, além de três de Uso Sustentável – a Área de Proteção Ambiental (APA) da Bacia do Rio São João/Mico Leão-Dourado, entre Rio das Ostras, Casimiro de Abreu e Cabo Frio, a Reserva Extrativista (RESEX) Marinha Arraial do Cabo, e a Área de Proteção Ambiental (APA) de Cairuçu, entre Angra dos Reis e Paraty.

Além destas, foram identificadas, sete UC's Estaduais na área em questão, sendo duas de Proteção Integral - o Parque Estadual Paulo César Vinha, no município de Guarapari, e o Parque Estadual da Costa do Sol; entre Saquarema, Araruama, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Armação dos Búzios e São Pedro da Aldeia, além de cinco UC's de Uso Sustentável - a Área de Proteção Ambiental

(APA) de Guanandy, entre Piúma, Itapemirim e Marataízes, a APA de Setiba, entre Guarapari e Vila Velha, a APA de Massambaba, entre Arraial do Cabo, Araruama e Saquarema, a APA do Pau Brasil, entre Armação dos Búzios e Cabo Frio e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Concha D'Ostra, em Guarapari.

Destaca-se ainda que grande parte destas UCs integram a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, área tombada pela UNESCO que abrange uma área de cerca de 35 milhões de hectares em 15 estados brasileiros.

Para o levantamento de bens tombados na esfera federal do patrimônio histórico e cultural dos municípios que fazem parte da A.I. da atividade, foi consultado o cadastro de bens tombados do Arquivo Noronha Santos, pertencente ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

Este arquivo possui quatro Livros do Tombo: Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Livro Histórico, Livro das Belas Artes e Livro das Artes Aplicadas, onde foram encontrados quatorze registros de bens tombados pelo IPHAN, sendo que no Livro das Artes Aplicadas não foi encontrada nenhuma ocorrência de bens tombados³. Deste somatório, alguns bens tombados merecem ser destacados. Para isso, considerou-se o seu valor histórico e, em maior grau de importância, o nível de exposição ao ambiente marinho, em função das características da atividade. Cabe salientar que este destaque foi dado por razões preventivas, uma vez que estes bens não se encontram na Área de Influência da atividade, assim como foi priorizado no item que trata dos sítios arqueológicos.

Outros bens tombados que se encontram nos municípios da AI, mas fora do ambiente costeiro, foram contabilizados, sendo que, neste momento, considerou-se desnecessária qualquer referência adicional. Os municípios que aparecem nos registros do IPHAN (Arquivo Noronha Santos) são: Guarapari (01), Casimiro de Abreu (01), Cabo Frio (04) e Paraty (08). A listagem destes bens pode ser observada no Quadro II.5.3-75, a seguir.

³ Alguns bens tombados possuem registro em mais de um livro.

Quadro II.5.3-75 - Relação de Bens Históricos e Naturais Tombados pelo IPHAN destacados dentro da AII.

MUNICÍPIO	BENS TOMBADOS	DESCRIÇÃO
Guarapari	Igreja de N. Sra. da Conceição	Redução estabelecida pelo Padre José de Anchieta. Inaugurada como Capela de Santa Ana, foi construída na parte alta da cidade em 1585. Junto à igreja existem ruínas onde funcionou o Colégio/Residência, onde se hospedaram os primeiros padres formados no Espírito Santo e no Brasil. Em 1760, com a expulsão dos jesuítas do Brasil, a igreja de Guarapari ficou abandonada, e o prédio entrou em decadência, servindo de cemitério. Em 1880, a Igreja da Matriz foi restaurada, tendo perdido um pouco das características iniciais. Os restos mortais ali sepultados permanecem no local.
Casimiro de Abreu	Casa natal de Casimiro de Abreu	Construção do início do século XIX, onde nasceu, em 1837, o poeta Casimiro de Abreu. Primitivamente a casa servia de embarcadouro, possuía trapiche sobre o rio e nas laterais residiam os pais do poeta.
Cabo Frio	Conjunto Paisagístico	Compreende a Capela de Nossa Senhora da Guia, ruínas do convento anexo, Capela e Cemitério da Ordem Terceira de São Francisco, com o Largo de Santo Antônio até a orla do canal, o Forte de São Matheus, inclusive o penedo em que ele se assenta e toda a ponta da praia, constituindo uma área de proteção de 500 metros; e Morro do Telégrafo.
Cabo Frio	Capela de Nossa Senhora da Guia	-
Cabo Frio	Convento e Igreja de Nossa Senhora dos Anjos, Capela e Cemitério da Ordem Terceira de São Francisco	Obra representativa da arquitetura franciscana do séc. XVII. O conjunto teve início com o lançamento da pedra basilar, em 2 de agosto de 1684, e foi concluído em 13 de janeiro de 1696. Compõe o conjunto a Igreja de N. Sr. ^a dos Anjos, os remanescentes do Convento franciscano, a Capela dos Terceiros, o claustro e cemitério respectivos. À direita da igreja, restaram do convento apenas as paredes, as fundações e um arco interno. A pintura do teto da capela-mor e a imagem de Santo Antônio, no altar lateral direito, são do século XVII. As imagens nos nichos dos retábulos são do séc. XVIII.
Cabo Frio	Remanescentes do Forte de São Mateus	O forte, sucessor de outra fortaleza portuguesa no mesmo local, foi erguido em 1617 para combater o tráfico de pau-brasil. Localizado no ponto extremo da Praia do Forte, foi construído em uma ilha rochosa na entrada da barra da Lagoa de Araruama para controlar o mar aberto por onde os navios inimigos poderiam aproximar-se e o Canal de Itajuru e acesso às terras interiores. Construção concluída em 1620. No início do século XVIII o forte foi guarnecido e, até 1760, quando os jesuítas foram expulsos do Brasil, os índios da Aldeia de São Pedro auxiliavam sua guarnição. Entre 1820 e 1920 o Forte foi transformado em lazareto, destinado ao isolamento de doentes. Restaurado em 1957 e é usado atualmente para exposições culturais pela Prefeitura.

(continua)

Quadro II.5.3-75 - (continuação)

MUNICÍPIO	BENS TOMBADOS	DESCRIÇÃO
Paraty	Casa da Fazenda de N. Sra. da Conceição	Estrada do Cunha - Paraty
Paraty	Forte Defensor Perpétuo	Localizado junto ao mar, em uma elevação à margem esquerda do Rio Perequê-açu, de forma a dominar o núcleo histórico. Sua construção e seu nome são da época do primeiro Imperador. A construção anterior é de 1703, chamada de Defesa ou Ponta da Defesa. É o único remanescente das sete fortificações que defendiam a cidade. Constitui-se do quartel - de planta retangular em pedra com requadros de madeira - casa de pólvora - de planta quadrada com telhado em pavilhão -, e muralha de alvenaria de pedra, contornando os terraços voltados para o mar.
Paraty	Igreja de N. Sra. das Dores	Erigida no início do século XIX (1800). A planta segue o esquema das igrejas do século XVIII, com nave única e dois corredores laterais de acesso à sacristia. A fachada foi idealizada com duas torres, das quais apenas uma foi concluída. As envasaduras se enquadram no esquema das igrejas mineiras: duas janelas no coro e uma porta, sem o óculo do frontão. As vergas chegam a ser usadas no século XVIII; as desta igreja têm padieiras simples, o que lhes dá um aspecto bastante arcaico para a data em que foi feita.
Paraty	Igreja de N. Sra. do Rosário	Erigida em princípios do século XVIII (1722), foi reedificada em 1757. A planta é comum às igrejas do século XVII: nave única, sem capelas laterais e um corredor lateral, do qual saem as escadas para o coro e para o púlpito, servindo de ligação com a sacristia. A fachada é rústica e do mesmo gênero das fachadas das capelas mineiras. As envasaduras estão dentro do esquema mineiro, com duas janelas no coro e uma porta, o óculo característico no frontão, que é do tipo triangular, típico das igrejas maneiristas dos séculos XVI e XVII e usado também em Minas Gerais em princípios do século XVIII.
Paraty	Igreja de Santa Rita	Mais antiga edificação religiosa da cidade, iniciada em 1722. Abrigou as Irmandades de N.S. ^a do Carmo e N.S. ^a da Conceição, cujas imagens encontram-se nos altares laterais. Construção em pedra e cal, com planta em nave única e varanda lateral ligando a sacristia ao campanário, aberta para um pátio interno onde está o Poço de Santa Rita, ladeado pelo antigo cemitério. A fachada apresenta frontão em curva, 3 janelas com sacadas de ferro e porta principal maciça com molduras em relevo, típicas do século XVIII. O campanário tem molduras superiores simplificadas, acentuando o aspecto arcaico do seu terminal. O interior apresenta tribunas trabalhadas em renda de madeira, altar-mor com colunatas em volutas, portas em madeira esculpida, o antigo mobiliário, lanternas em cobre e lavabos em cantaria. O Museu de Arte Sacra, instituído em 1973 e aberto à visitação pública em 1977, abriga coleções de arte sacra dos séculos XVII, XVIII e XIX.

(continua)

Quadro II.5.3-75 - (conclusão)

MUNICÍPIO	BENS TOMBADOS	DESCRIÇÃO
Paraty	Igreja Matriz de N. Sra. dos Remédios	Edificação iniciada em 1787, sendo a 3ª erigida no local. A 1ª data de meados do século XVII, a 2ª de princípios do século XVIII. Em 1843 a Matriz permanecia inacabada, com problemas de estabilidade já em 1864. Nav e única e 2 corredores laterais, ligados à nav e central. Quanto à fachada, provavelmente ocorreu com esta igreja o mesmo que se nota com algumas outras do século XIX: procurando a simplificação formal, mais de acordo com as tendências clássicas dominantes, o resultado foi um aspecto mais maneirista do que neoclássico, com janelas da nav e da capela-mor em arco de círculo pleno, típico do século XIX.
Paraty	Conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade	Entre as principais construções do conjunto destacam-se: as igrejas de Santa Rita, N. Sª. do Rosário, N. Sª. das Dores e a Matriz de N. Sª. dos Remédios; o Forte Defensor Perpétuo; a Santa Casa de Misericórdia; casa na esquina das ruas Dona Geralda com Samuel Costa; sobrados da Rua Dr. Pereira; sobrado à Rua Tenente Francisco Antônio, com telhões de louça no beiral.
Paraty	Conjunto arquitetônico e paisagístico do município	Em 1966, considerando o valor excepcional de seu conjunto arquitetônico, como pela extraordinária beleza natural e originalidade da área do município, além da importância do papel histórico que ele representou como elemento de ligação entre as Capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, o Governo Federal converteu a área do tri-centenário município fluminense em Monumento Nacional, através do Decreto n.º 58.077 de 24 de março de 1966.

Fonte: Arquivo Noronha Santos – IPHAN, 2011